



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 7.378, DE 2014** **(Dos Srs. Paulo Teixeira e outros)**

Regulamenta a exibição, pelas emissoras de televisão aberta e por assinatura, da imagem da mulher.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL 4802/2012.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É garantida a liberdade de expressão, ressalvando que este direito não pode ser exercido em detrimento do princípio da dignidade humana e dos demais direitos humanos e constitucionais. Entre esses direitos estão o direito à igualdade entre homens e mulheres, bem como o direito das mulheres a uma vida livre de violência de gênero.

Art. 2º A escola, bem como os meios de comunicação são também atores sociais importantes que contribuem para a manutenção, ou mudança da cultura.

Artigo 3º Assim, este projeto propõe a discussão da violência e das questões de gênero, *com todos os seus matizes e diversidades (recorte de classe, de raça/etnia, de orientação sexual, de padrão estético, de bio-tipo, de portadoras de necessidades especiais, e outros)* nas escolas, de forma integrada ao currículo em todos os níveis.

Artigo 4º Propõe também que as emissoras de televisão aberta e por assinatura contribuam com os objetivos constitucionais, com a política de Direitos Humanos e com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário (como as Metas do Milênio, o acordo de Beijin, a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres (1994, de Belém do Pará), a Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres de 1979, CEDAW, entre outros), que visam alcançar uma efetiva e real equidade de gênero em nosso país. Como concessões públicas que são, e como educadoras informais, que influem na cultura, cabe-lhe contribuir para estes objetivos maiores, velando pela imagem da mulher veiculada em sua programação, de forma que sejam assegurados o princípio da igualdade de gênero e a dignidade da mulher.

Art. 5º As emissoras de televisão aberta e por assinatura não poderão exibir cenas que banalizem, legitimem, promovam ou exacerbem a violência física, psicológica, sexual, patrimonial, *étnico/racial*, moral e simbólica contra a mulher, tanto em sua programação, quanto no conteúdo dos intervalos comerciais, sejam eles produzidos pelas próprias emissoras ou adquiridos de terceiros.

Art. 6º As emissoras de televisão aberta e por assinatura não poderão exibir conteúdo em sua grade de programação que contenha cenas que reproduzam a desigualdade de gênero, raça/etnia, que estimulem a violência ou que promovam a discriminação contra a mulher.

Art. 7º As emissoras de televisão aberta e por assinatura, no exercício de suas funções como concessionárias de bem público, almejarão os seguintes objetivos relacionados à sua programação, preservada a liberdade de expressão:

- I – Reproduzir adequadamente, de forma compatível com os avanços e espaço real, a presença da mulher, em toda a diversidade e pluralidade que a caracteriza, nos diversos setores da vida social do país;
- II – Evitar linguagem sexista, verbal, imagética ou simbólica, que induza *ou mantenha* a discriminação de gênero;
- III – Estimular a igualdade de gênero, de raça/etnia e a prevenção, o combate e a erradicação da violência contra a mulher;

Art. 8º As emissoras de televisão aberta e por assinatura, individualmente ou sob a forma de associações que representam o setor, deverão integrar mecanismos de regulação consensuais, destinados ao controle da aplicação da presente lei.

Parágrafo 1º - O poder público deverá fazer a integração da diversidade de segmentos relacionados ao tema, formando um Conselho com a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e de representantes dos diversos movimentos sociais relacionados às questões de gênero, bem como representantes do governo e dos empresários do setor.

Parágrafo 2º – O Conselho de que trata este presente artigo deverá ser regulamentado pelo Poder Público no prazo de até 180 dias.

Art. 9º O descumprimento ao disposto na presente lei sujeitará o infrator às penas previstas nas alíneas “a” a “c” do caput do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Art. 10º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Não há dúvidas de que as ações empreendidas pelo Estado, até o presente, para erradicar a violência contra a mulher e consolidar a igualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade têm sido bem sucedidas. Amparada pelo texto constitucional que conclamou o princípio da igualdade de gênero como um dos mais importantes direitos e garantias fundamentais do cidadão, a Lei Maria da Penha, mostra-se cada vez mais eficaz na prevenção e no combate à violência contra a mulher. Da mesma forma, a criação da Secretaria de Política para as Mulheres, com status de Ministério pela Presidência da República, sinalizou de forma inequívoca para toda a nação a priorização dada pelo Governo à luta pela igualdade de gênero e pela erradicação da violência contra a mulher.

Este projeto de lei insere-se no contexto de tal luta empreendida pelo Estado Brasileiro em favor das mulheres, aperfeiçoando a legislação em vigor no que diz respeito à imagem das mulheres brasileiras veiculadas nos canais de televisão aberta e por assinatura. Sabe-se que, por sua inegável penetração nos lares brasileiros, esses meios de comunicação de massa desempenham papel crucial na formação da opinião pública no país. Por essa razão, esses setores podem e devem contribuir no esforço coletivo de garantir a igualdade de gênero e os direitos da mulher.

A importância da contribuição que os meios de comunicação de massa podem oferecer a tal esforço não passou despercebida dos legisladores que elaboraram a Lei Maria da Penha. Tanto assim que a lei estabelece como uma de suas diretrizes, em seu artigo 8º, “o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar”, contra a mulher.

Ora, o que se pretende com o presente projeto de lei é precisamente dotar de maior efetividade tal dispositivo da Lei Maria da Penha estabelecendo um consenso e procedimentos que levem as emissoras de televisão aberta e por assinatura a velar pela imagem da mulher, garantindo-lhe a dignidade que lhe cabe e assegurando o direito à igualdade de gênero, e que abram um espaço na grade curricular para a discussão do tema.

Além de ser integralmente harmônica com a Lei Maria da Penha e com os preceitos de nossa Constituição, a presente proposição encontra-se amplamente de acordo com as políticas de organismos internacionais dirigidas aos direitos das mulheres. Esse é o caso, por exemplo da Unesco, cujo Plano Prioritário de Igualdade de Gênero 2008-2013 dedica um capítulo exclusivo à questão da comunicação e da informação. Nele, a instituição aborda o papel dos meios de comunicação de massa na erradicação da violência e da discriminação contra a mulher.

Diante disso, a presente proposição tem como objetivo assegurar a dignidade da mulher, prevenir e combater a violência contra a mulher e garantir a igualdade de gênero tanto na programação quanto nos intervalos comerciais, transmitidos por esses meios de comunicação de massa no país. Saliente-se que todos esses objetivos não apenas se harmonizam com importantes diplomas legais promulgados no Brasil, como também se coadunam com os princípios fundamentais de nossa Constituição.

Assim, dada a importância da matéria aqui tratada, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 2014.

Deputado PAULO TEIXEIRA

Deputada JANETE ROCHA PIETÁ

Deputada LUIZA ERUNDINA

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962**

Institui o Código Brasileiro de  
Telecomunicações.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VII  
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 59. As penas por infração desta lei são:

- a) multa, até o valor de NCr\$ 10.000,00;
- b) suspensão, até trinta (30) dias;
- c) cassação;
- d) detenção.

§ 1º Nas infrações em que, a juízo do CONTEL, não se justificar a aplicação de pena, o infrator será advertido, considerando-se a advertência como agravante na aplicação de penas por inobservância do mesmo ou de outro preceito desta Lei.

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente, com outras sanções especiais e estatuídas nesta Lei.

§ 3º O valor das multas será atualizado de 3 em 3 anos, de acordo com os níveis de correção monetária. [\*\(Artigo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28/2/1967\)\*](#)

Art. 60. A aplicação das penas desta Lei compete:

a) ao CONTEL: multa e suspensão, em qualquer caso, cassação, quando se tratar de permissão;

b) ao Presidente da República: cassação, mediante representação do CONTEL em parecer fundamentado. [\*\(Artigo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28/2/1967\)\*](#)

**LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

---

TÍTULO III  
DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E  
FAMILIAR

CAPÍTULO I  
DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

---

## DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------